

A Pobreza do Historicismo

Nova Cidadania reproduz o prefácio à recém-publicada versão portuguesa do clássico de Karl Popper, *The Poverty of Historicism*.

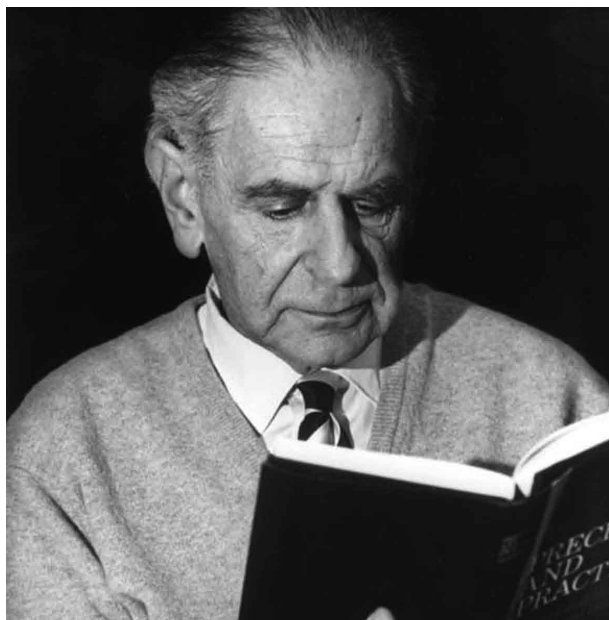
Este livrinho que o leitor tem nas mãos é muito mais importante, e foi muito mais influente, do que pode parecer à primeira vista. A sua pequena dimensão esconde uma imensidade de ideias originais e, ainda hoje, extremamente inspiradoras.

A sua estrutura pode também ser um pouco enganadora. Os dois primeiros capítulos, englobando dezoito secções, são dedicados à apresentação imparcial dos argumentos que vão ser rebatidos nos dois capítulos seguintes. Mas, quando se chega ao terceiro capítulo, somos excitantemente confrontados com uma mente extraordinária em plena actividade. Argumento após argumento, com um ritmo e uma força contagiantes, Karl Popper destrói alguns dos principais mitos que no século XX alimentaram o que Raymond Aron designou por ópio dos intelectuais.

É certo que este livro é ainda hoje muito menos conhecido do que a principal obra que celebrizou Karl Popper como filósofo político, *A Sociedade Aberta e os Seus Inimigos*. Mas é importante que o leitor saiba que o livro *A Sociedade Aberta* na verdade nasceu da redacção deste *A Pobreza do Historicismo*. Na sua autobiografia intelectual, Karl Popper recorda como as coisas se passaram:

“[Em Março de 1938], decidi passar [a palestra sobre] “A Pobreza do Historicismo” para forma publicável. O que emergiu daí foram duas obras mais ou menos complementares: *A Pobreza do Historicismo* e *A Sociedade Aberta e os Seus Inimigos* (a qual eu tinha inicialmente planeado intitular “Falsos Profetas: Platão – Hegel – Marx”).

Originalmente, eu pretendia simplesmente desenvolver e colocar em inglês publicável a minha palestra [na London School of Economics, em 1935] no seminário de Hayek (que eu apresentara inicialmente em alemão na casa do meu amigo Alfred Braunthal, em Bruxelas), mostrando de forma mais detalhada como o “historicismo” inspirara quer o marxismo quer o fascismo. Eu antevia a versão final do texto com clareza: um texto relativamente longo, mas evidentemente susceptível de publicação numa única peça.



[...] Depois de ter escrito as primeiras dez secções que constituem o primeiro capítulo, todo o plano caiu por terra: a secção 10, sobre o essencialismo, acabou por intrigar de tal forma os meus amigos que eu comecei a desenvolvê-la, e deste desenvolvimento, bem como de algumas referências às tendências totalitárias de *A República de Platão*, emergiu, ou explodiu, sem qualquer plano e contra todos os planos, uma consequência verdadeiramente

não intencional, *A Sociedade Aberta*.”¹

Talvez estas palavras possam ajudar o leitor a admitir que a importância do livrinho que tem nas mãos ultrapassa largamente a sua dimensão. E que vale a pena lê-lo com alguma atenção.

Karl Popper descreveu *A Miséria do Historicismo* e *A Sociedade Aberta e os Seus Inimigos* como o seu esforço de guerra contra os totalitarismos nacional-socialista e comunista, em defesa das democracias liberais. Os livros foram escritos na Nova Zelândia, para onde o casal Popper se exilou em Março de 1937, um ano antes da anexação da sua Áustria natal pelas tropas alemãs de Hitler. Vale a pena recordar brevemente a

gênese deste exílio neozelandês que, paradoxalmente, começou com um aliciente convite para leccionar na prestigiosa Universidade de Cambridge, no Reino Unido, em 1936.

No final de 1935 e início de 1936, Karl Popper fizera uma primeira visita a Inglaterra, que se estendeu por cerca de nove meses. Até essa altura, Popper vivera basicamente em Viena de Áustria, onde nascera em 28 de Julho de 1902. Depois de uma formação académica muito variada e de uma esporádica passagem pelo marxismo, quando tinha dezasseis anos, doutorara-se em Filosofia em 1928. Em 1934, publicaria o seu primeiro livro, que se tornaria um clássico da filosofia da ciência e do conhecimento: *Logik der Forschung*.² Apesar de ter sido publicado em alemão, o livro teve impacto imediato em Inglaterra e gerou vários convites para palestras por parte de universidades inglesas. Foi daí que resultou o périplo de nove meses, em 1935-1936, por várias universidades — entre as quais Oxford, Cambridge e a London School of Economics and Political Science, onde conheceu o seu compatriota Friedrich A. Hayek, de quem ficaria amigo para o resto da vida. Esses nove meses em Inglaterra, quando Popper tinha 33 anos, “tinham sido uma revelação e uma inspiração”, como ele relata na sua *Autobiografia Intelectual*: “A honestidade e decência das pessoas e o seu forte sentimento de responsabilidade política deixaram em mim a maior impressão possível”.³

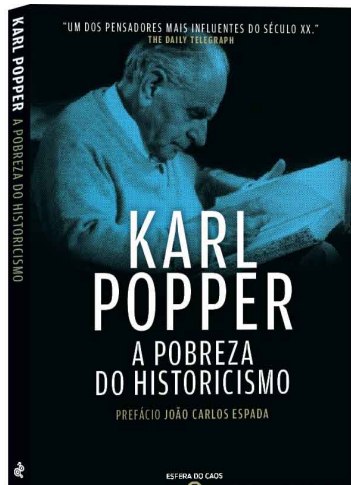
Por isso, foi com grande alegria que, em Novembro de 1936, Karl Popper e a mulher receberam o convite para se mudarem de Viena para Cambridge. Só que, na véspera de Natal desse mesmo ano, ainda em Viena, Popper recebeu outro convite, desta vez para leccionar em Canterbury University College, em Christ Church, na Nova Zelândia. Este era um convite puramente académico, enquanto que a oferta de Cambridge se destinava a um refugiado do nazismo ascendente no continente europeu. Embora o casal Popper preferisse Cambridge, decidiram sugerir à Universidade que convidasse Fritz Waismann, do Círculo de Viena, no lugar de Popper — o que aconteceu. E, assim, Karl Popper ofereceu a um amigo o seu lugar em Cambridge — uma das mais prestigiadas universidades do mundo — embarcando pouco depois, em Fevereiro/Março de 1937, para uma remota universidade na remota Nova Zelândia.

Nessa época, a Nova Zelândia encontrava-se a cinco semanas de navio de Inglaterra e não se podia esperar resposta a uma carta em menos de três meses. Popper apreciou a tranquilidade neozelandesa, que classificou de “país mais bem governado do mundo e o mais fácil de governar”. Julgo recordar-me de ouvi-lo dizer que a Nova Zelândia era o país mais belo, mais pacífico...e mais monótono que conhecera.

Mas essa tranquilidade convinha, pelo menos de início, à sua criatividade intelectual. Apesar da tremenda carga de leccionação a que foi submetido, Popper lançou-se ao trabalho e produziu duas obras magistrais — *A Pobreza do Historicismo* e *A sociedade Aberta e os Seus Inimigos* — entre 1938 e 1943. Houve depois terríveis peripécias em torno da publicação das duas obras: ambas foram inicialmente recusadas por várias editoras, deixando Popper à beira de uma depressão, como explica na sua autobiografia. A sua vida foi salva — a expressão é de Popper — por Friedrich A. Hayek e Ernst Gombrich (o célebre historiador de arte), que conseguiram a publicação de *A Sociedade Aberta* pela Routledge de Londres, em 1945. Quanto à *Miséria do Historicismo*, depois de ter sido recusada pela revista *Mind*, foi publicada em três números sucessivos da distinta revista *Economica*, dirigida na época por Hayek, no final de 1944 e no início de 1945. A primeira edição em livro foi curiosamente em italiano, em 1954, e depois em francês, em 1956. Em língua inglesa, o livro saiu apenas em 1957, em edição revista e aumentada que serviu de base à presente edição portuguesa.

Ainda em 1945, Karl Popper recebeu um convite de Hayek para leccionar na London School of Economics. Desta vez, o casal Popper aceitou o convite sem pestanejar. Em Janeiro de 1946, chegavam a Inglaterra, onde permaneceriam até ao final da vida, tornando-se orgulhosos e felizes cidadãos britânicos. Em 1964, Karl Popper receberia da Rainha o título de Sir: Professor Sir Karl Popper. Faleceu em 1994, na sua residência de Kenley, ao sul de Londres, onde tive o privilégio de o visitar regularmente entre 1990 e 1994, durante o meu doutoramento em Oxford, ao qual me candidatara com o seu apoio.⁴

O leitor terá notado que Karl Popper dedicou este livro “à memória de incontáveis homens, mulheres e crianças de todos os credos, ou nações, ou raças que caíram vítimas da crença fascista e comunista em inexoráveis



A Pobreza do Historicismo
Karl Popper
Prefácio de João Carlos Espada
Esfera do Caos, 2007

Leis do Destino Histórico”. Esta crença constitui, para Popper, a característica central do historicismo.

Por outras palavras, Karl Popper entende o historicismo como uma atitude intelectual — que pode estar presente em doutrinas particulares diversas -- que atribui à história um sentido predeterminado que não é susceptível de alteração pelos indivíduos. Tal como o desenlace de um filme a que estamos a assistir já está contido no celulóide ainda não projectado, também o futuro da história humana estaria já definido no presente, assim como o presente teria estado definido no passado. Para esta visão determinista da história, a verdadeira liberdade do homem não consiste em tentar ilusoriamente imprimir um rumo aos acontecimentos. A verdadeira liberdade consistiria em conhecer as leis necessárias do desenvolvimento histórico — a liberdade é a consciência da necessidade, disseram Hegel e Marx — para, em seguida, poder contribuir para a sua concretização e, se possível, aceleração. Acelerar ou retardar a concretização das leis da história é toda a liberdade que resta aos indivíduos.

Contra esta visão da história, Karl Popper argumentou, em primeiro lugar, que é impossível prever o futuro. Existe uma razão puramente lógica para esta impossibilidade. Ela decorre do facto de termos de reconhecer que os nossos conhecimentos técnicos e científicos futuros influenciarão em larga medida o futuro das nossas sociedades. Mas também temos de reconhecer que não podemos conhecer hoje os nossos conhecimentos técnicos e científicos futuros — caso contrário, eles deixariam de ser futuros e passariam a ser presentes. Logo, concluiu Popper, não podemos conhecer o futuro.

Em segundo lugar, as profecias historicistas acerca do sentido inevitável da história não são em regra susceptíveis de teste. Este é o caso flagrante do marxismo, que profetizou o advento inexorável do socialismo e do comunismo sem lhe atribuir um horizonte temporal definido — e, simultaneamente, reclamando um estatuto científico para essa profecia. Mas esta profecia não pode ter carácter científico, argumentou Popper, porque nenhum teste — que, quando ocorrer,

ocorrerá sempre “no presente” — pode refutar uma teoria que anuncia a sua concretização sempre “para o futuro”. A “previsão” marxista sobre o inevitável advento do socialismo no futuro trata-se, por isso, apenas de uma crença ou de uma superstição. A inverossimilhança dessa superstição foi aliás empiricamente ilustrada: (1) o socialismo nunca ocorreu nos países em que a teoria previa que devia ocorrer, os países de capitalismo maduro, mas naqueles em que não devia ter ocorrido, os países pré-capitalistas ou de capitalismo incipiente; (2) mais grave do que isso, depois de

1989, o socialismo em muitos desses países deu lugar ao capitalismo democrático, o que estava excluído pela teoria. Ainda assim, os crentes na profecia marxista podem continuar a dizer que, no futuro, o socialismo é inevitável.

Foi precisamente em nome desta profecia historicista — o chamado “socialismo científico” — que o marxismo capturou a imaginação dos intelectuais e concretizou alguns dos regimes políticos mais violentos do século XX. O impulso moral humanitário do socialismo original foi corrompido pelo historicismo alegadamente científico, sustentou Popper. E isso

deve-se à mensagem moral profundamente relativista do historicismo. Ao proclamar que todos os princípios e valores morais são relativos ao contexto e época históricos, o historicismo marxista esvaziou a moral de todo e qualquer conteúdo autónomo, subordinando-a por inteiro à doutrina do sucesso histórico. A consequência não se fez esperar: libertado de todo o escrúpulo moral absoluto ou intemporal, o marxismo teórico deu lugar ao marxismo realmente existente — o das ditaduras mais sanguinárias.

Creio que é importante salientar a importância dos valores morais e das decisões morais no argumento de Karl Popper — um elemento que nem sempre é suficientemente valorizado. O papel dos valores morais está associado à visão “activa” de Popper relativamente à busca de um mundo melhor e à importância de saber adoptar reformas parcelares, através do método



racional do ensaio e erro. Popper insiste que a sua crítica ao historicismo é uma crítica “activa” e não uma crítica “passivista”.

Por outras palavras, o governo limitado que Karl Popper defende não deve ser confundido com um governo passivo cujas funções devam ser fixadas de antemão de forma rígida. Dentro dos limites constitucionais que visam impedir a tirania, as funções e políticas específicas de cada governo estarão também elas sujeitas à controvérsia racional e ao ensaio e erro. No entanto, esta abertura ao método do ensaio e erro impõe uma limitação ao tipo de intervenção governamental: só uma intervenção de tipo parcelar, e não de tipo global ou utópica, é compatível com a atitude científica da experimentação e do ensaio e erro.

A distinção, crucial para Karl Popper, decorre em grande parte da distinção por ele introduzida entre racionalismo crítico e racionalismo dogmático ou abrangente. Enquanto no primeiro a razão actua parcelar ou topicamente a partir de problemas, no segundo é atribuída à razão a função abrangente de prover fundações e redesenhar a partir dessas fundações. Analogamente, a engenharia social parcelar ensaia soluções parcelares para problemas parcelares. A engenharia social utópica, pelo contrário, supõe que todos os problemas parcelares só podem ser enfrentados com o redesenhar da sociedade no seu conjunto. Este redesenhar vai ser feito com base na formulação de planos globais (*blueprints*) de uma sociedade outra.

O erro fundamental da engenharia social utópica consiste em ignorar a existência de efeitos não intencionais de todas as acções humanas. Por definição, estes efeitos não podem ser conhecidos de antemão --- apenas serão conhecidos por ensaio e erro, devendo, por isso, conduzir à constante e gradual correcção e reformulação de políticas públicas. É esta possibilidade de correcção gradual que é garantida pela democracia liberal e pelas suas engenharias sociais parcelares — sempre submetidas à crítica de propostas rivais e ao escrutínio público dos resultados alcançados. A engenharia social utópica, pelo contrário, não será capaz de revelar a mesma capacidade de aprendizagem. Dado que trabalha na base de um *blueprint* global, todos os insucessos parcelares serão atribuídos ao facto de o *blueprint* não ter ainda sido completamente alcançado. Cada fracasso ou insucesso conduzirá então a uma aceleração ou radicalização das políticas ensaiadas, e nunca à sua revisão. Este mecanismo, inerente à própria natureza abrangente da engenharia social utópica, conduzirá à intransigência revolucionária e à violência. Esta será então utilizada em nome da razão contra aqueles que alegadamente resistem à libertação racional dos atavismos sociais. Mas Popper denunciou que na essência desta política alegadamente racional está uma visão dogmática oposta à atitude experimental de ensaio e erro.

Por outro lado, Popper sublinha a visão activa da engenharia social parcelar relativamente a mecanismos descentralizados como o mercado ou a propriedade privada. Segundo Popper, estes mecanismos devem ser protegidos e incentivados como parte de políticas activas que reconhecem serem esses mecanismos os mais adequados para atingir certos fins: por exemplo, a garantia de que o sistema económico estará ao serviço dos consumidores e não dos produtores. Nesta perspectiva, Popper critica o conceito de “não intervencionismo universal” e sublinha que o próprio mercado livre requer uma protecção adequada do Estado e, por vezes, a sua intervenção. A intervenção adequada, quando necessária, deve ser de tipo indirecto e institucional e não directo e pessoal.

Finalmente, Popper sustenta que a engenharia social parcelar da sociedade aberta deve ser inspirada por uma máxima negativa que consiste em “aliviar o sofrimento humano susceptível de ser aliviado”. De certa forma, trata-se de uma versão negativa da máxima utilitarista de “maximizar a felicidade do maior número”. A versão negativa é preferível pelas mesmas razões que, em política, é preferível combater males concretos do que promover bens abstractos. Em primeiro lugar, porque é mais fácil definir objectivamente sofrimento do que felicidade. Em segundo lugar, o sofrimento alheio é susceptível de produzir um directo apelo moral, o que não acontece necessariamente com a promoção da felicidade de terceiros. Finalmente, a promoção da felicidade dos outros frequentemente envolve a intromissão nas suas vidas privadas e a imposição sobre eles de uma hierarquia de valores — o que é desnecessário ou apenas excepcionalmente necessário quando se trata de aliviar o sofrimento ou combater males conhecidos.

Estes são apenas alguns dos muitos argumentos originais que o leitor encontrará expostos com uma energia contagiante nas páginas que se seguem. Trata-se de um dos grandes livros do século XX, cuja importância dificilmente poderia ser exagerada.

¹ Karl Popper, *Unended Quest: An Intellectual Autobiography* (London: Routledge, 1992 [ed. or: 1976], pags. 113-114).

² A obra seria traduzida para inglês apenas em 1959, sob o título *The Logic of Scientific Discovery*.

³ Karl Popper, *Op. Cit.*, pag. 111. Ainda assim, Popper observou com preocupação que, mesmo em Inglaterra, ninguém nessa época parecia compreender a ameaça de Hitler — com excepção da voz corajosa e isolada de Winton Churchill. Desde essa altura, Karl Popper tornou-se um admirador incondicional de Churchill.

⁴ O meu orientador em Oxford foi Ralf Dahrendorf — Sir Ralf, quando o conheci, Lord Dahrendorf anos depois — o qual tinha sido aluno de Popper na LSE e, mais tarde, entre 1975 e 1985, reitor da mesma LSE. A minha dívida de gratidão para com estes dois grandes homens não pode ser descrita com facilidade.